

**SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE – SALVAÇÃO DA AMAZÔNIA**

**Lilian Saturnino Da Silva<sup>1</sup>**  
**Orientador Dr. Jorge Knupp<sup>n</sup>**

<sup>1</sup>UNITAU - Universidade de Taubaté , Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - Taubaté, e-mail-  
prppg@unitau.br

**Resumo:** Nunca, em tempo algum, ouviu-se falar tanto no conceito de sustentabilidade como agora. Depois de ocupar mais as páginas dos discursos políticos, o termo começa a tomar lugar em projetos desenvolvidos por governos, principalmente em regiões detentoras de floresta, como é o caso da Amazônia. Mas, os ribeirinhos que vivem nas margens dos rios da Amazônia, ainda hoje vivem em condições precárias de existência. Grande parte é analfabeta e, em pleno século 21, muitos não têm sequer existência civil. Em geral, esquecida pelos gestores das políticas públicas federais, não têm assistência educacional e sanitária. Ademais, as políticas públicas, quando criadas para esses segmentos caboclos da Amazônia, não levam em consideração as suas especificidades culturais, políticas e sociais próprias.

**Palavras-chave:** Social, sustentabilidade, Meio-ambiente.

**INTRODUÇÃO**

A riqueza da biodiversidade da Amazônia e o seu delicado equilíbrio ecológico, aliados ao grande valor econômico de seus recursos naturais, exigem da sociedade, tanto nacional como mundial, uma nova consciência em direção ao desenvolvimento sustentável. Este é o grande desafio da Amazônia que, apesar das várias experiências desenvolvidas nesse sentido, continua uma incógnita para a ciência no horizonte futuro. Os instrumentos de conservação da natureza, presentes na Amazônia, são o manejo de ecossistemas, as unidades de conservação e o estudo e a preservação de espécies da fauna e flora. Adquire importância relevante à conservação, o enfoque ecossistêmico, adotado pelo projeto de Corredores Ecológicos do PPG7.

Na Amazônia, os cinco corredores ecológicos delimitados, cujo projeto está em fase

final de negociação, se juntarão a outras iniciativas da própria comunidade local que se mobiliza para garantir a integridade de suas áreas naturais preservadas, como é o caso dos projetos descritos a seguir, que estão sendo desenvolvidos desde 1997.

As comunidades tradicionais possuem um conhecimento aprofundado do ambiente em que vivem. Este conhecimento pode ser aliado no processo de conservação de áreas protegidas (SGUISSARDI, 2010).

As comunidades tradicionais que habitam a região amazônica são constituídas de caboclos, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, essas comunidades representam uma grande fonte de informações (SGUISSARDI, 2010).

**MATERIAL E MÉTODOS**

Método da Abordagem: Hipotético-dedutivo, pois segundo este método, a dedução é o caminho das conseqüências, isto é, do geral para o particular, leva a conclusão. Partindo-se das teorias e leis gerais, pode-se chegar à determinação ou previsão de fenômenos particulares.

Acha-se historicamente relacionado com a experimentação, motivo pelo qual é bastante

usado no campo das pesquisas das ciências naturais.

Método de Procedimento: Histórico comparativo, pois consiste em investigar os acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje.

Técnicas utilizada foi à pesquisa bibliográfica, internet, jornais, revistas, monografias e livros.

## RESULTADOS

O homem sempre dependeu e recorreu aos recursos naturais para garantir a sua sobrevivência. Neste meio natural passam a existir e coexistir o meio social, onde o homem passa ter um poder de transformação do meio ambiente (NUNES, 1996).

Segundo estudo realizado pela Embrapa Rondônia as pastagens cultivadas, cerca de 5 milhões de ha, representam a principal fonte de alimentação dos rebanhos. No entanto, a utilização de práticas de manejo inadequadas, principalmente nos solos de baixa fertilidade natural, tem contribuído decisivamente para a instabilidade técnica, econômica e ecológica do processo produtivo adotado. Atualmente, pelo menos 40% das pastagens cultivadas apresentam algum estágio de degradação. Isto reflete diretamente nos baixos índices de desempenho animal e na necessidade de novos desmatamentos ou a transformação de áreas cultivadas em pastagens. Este aumento de área tem como finalidade de alimentar satisfatoriamente os rebanhos, além de comportar o seu crescimento vegetativo. A adoção de práticas adequadas de manejo que envolva a utilização de germoplasma forrageiro com baixo requerimento de nutrientes e com alta capacidade de competição com as plantas invasoras e sistemas e pressões de pastejo compatíveis com a manutenção do equilíbrio do ecossistema pode ser considerada como a chave para assegurar a produtividade das pastagens cultivadas por longos períodos de tempo, nas áreas de floresta da Região Amazônica, conciliando desenvolvimento sustentável da pecuária com qualidade ambiental.

O Estado do Amazonas apresenta níveis elevados de conservação da natureza e de biodiversidade. Há, entretanto, pressões ambientais, sobretudo no sul, no sentido do avanço da fronteira agropecuária e em relação a algumas espécies vegetais e animais. A política ambiental do estado está explicitada no Programa

Zona Franca Verde e apresenta características destacáveis, incorporando um modelo de desenvolvimento de longo prazo baseado na incorporação de conhecimentos científicos e tecnológicos aos recursos naturais do estado. Há outros aspectos a serem salientados, como o forte impulso à criação de unidades de conservação e os exemplos de participação da população no desenho e implementação de programas ambientais (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Os grandes desafios da política ambiental global e do desenvolvimento sustentável demandam cada vez mais uma ótica regional, pois os problemas ambientais não se detêm nas fronteiras entre os países. Há outros aspectos a serem salientados na atual política ambiental, como o forte impulso à criação de unidades de conservação, as políticas proativas para enfrentar o desmatamento no sul do estado, a diminuição de entraves burocráticos no processo de licenciamento (em coordenação com as autoridades federais) e os múltiplos exemplos bem-sucedidos de participação da população e da sociedade civil no desenho e implementação de programas ambientais. O trabalho realizado no Gasoduto Coari-Manaus constitui uma das experiências mais destacáveis (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Por sua vez, os desafios são também importantes. O modelo de desenvolvimento precisa ser consolidado; o primeiro desafio é, portanto, manter as atuais linhas de política e fortalecer as equipes humanas e os recursos financeiros das instituições ambientais para cumprir com seus compromissos cada vez maiores. Também é importante continuar os esforços de coordenação vertical (com a União e os municípios) e horizontal (com outras secretarias), bem como com os principais atores do desenvolvimento: comunidades rurais e indígenas, sociedade civil, setor privado, etc. (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

## DISCUSSÃO

A Constituição Federal de 1988 consagrou de forma nova e importante a existência de um bem que não possui características de bem público e, muitos menos, privado, voltado à realidade do século XXI, das sociedades de massa, caracterizada por um crescimento desordenado e brutal avanço tecnológico.

Diante desse quadro, a nossa Carta Magna estruturou uma composição para a tutela dos valores ambientais, reconhecendo-lhes características próprias, desvinculadas do instituto da posse e da propriedade, consagrando uma nova concepção ligada a direitos que muitas vezes transcendem a tradicional idéia dos direitos ortodoxos: os chamados direitos difusos.

A problemática sócio-ambiental vivenciada nos dias atuais pelos povos indígenas conduz a reflexões sobre a necessidade de esclarecer e ampliar o sentido de nossas experiências, bem como orientar experiências futuras. Esses esclarecimentos nos levam a pensar sobre o destino desses e de suas culturas (FABER; MOTA, 2010).

O desempenho econômico do Estado do Amazonas se apóia nos fortes incentivos tributários e de localização proporcionados por sua condição de zona franca. Recentemente, estendeu-se o prazo de vigência da Zona Franca de Manaus por 10 anos, até 2023. Adequaram-se também os incentivos para promover ainda mais o modelo de cadeias produtivas mediante o aproveitamento dos recursos naturais do Estado, com vistas à criação de um modelo sustentável. A estratégia de aproveitar o patrimônio natural e incrementar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação é distinta da que é seguida em outras regiões tropicais ricas em florestas. Dado o modelo atual, o desempenho ambiental das empresas do Pólo Industrial de Manaus sobressai. Esta situação é justificada pela isenção do ICMS de jurisdição estadual que está condicionada ao cumprimento da legislação ambiental e a compromissos de desempenho por parte das empresas. Deve-se, em relação a esse setor, continuar promovendo a situação vigente (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Os empreendimentos hidrelétricos no Alto Rio Madeira situam-se na porção norte/noroeste do Estado de Rondônia, atingindo o município de Porto Velho em um trecho de 260 km, que se inicia da Cidade de Porto Velho e termina na Vila de Abunã, limite com a Bolívia (EIA-RIMA /FURNAS 2005).

Segundo o Relatório de Impactos ambiental FURNAS (2005) a área de influência corresponde aos limites da área geográfica a ser diretamente e indiretamente afetadas pelos os impactos por eles provocados (SANTOS, 2010).

No caso dos empreendimentos no Rio Madeira o EIA-RIMA/FURNAS (2005) define como área de influência direta – AID, os meios físico e biótico considerado a área de inundação do reservatório na sua cota máxima acrescida da área de preservação permanente em projeção horizontal, bem como outras áreas contínuas de relevante importância ecológica. E para os estudos sócio-econômicos será considerada a área do município de Porto Velho, considerando também os impactos nas comunidades ribeirinhas.

E quanto à Área de Influência Indireta – All é considerado pelo EIA-RIMA/FURNAS (2005) os meios físicos e bióticos, a bacia hidrográfica do Rio Madeira e para o meio sócio-econômico será compreendido o município de Porto Velho é os pólos municipais de atração à região.

Devido a grandes problemas econômicos e sociais no Brasil à Amazônia com seu vasto território e recursos naturais, passou a ser considerada válvula de escape para o restante do país. Grandes investimentos são direcionados para Amazônia, mas de forma desordenada, em projetos de ocupação e megaempreendimentos, sendo ignorado completamente a sua importância ecossistêmica e potencial ambiental. Entretanto, a implantação de megaempreendimentos, sobretudo os de infra-estrutura na Amazônia, veio a intervir no espaço proporcionando uma nova dinâmica, caracterizada pela mobilização intensa de capital e a utilização de recursos naturais, refletindo diretamente no desenvolvimento humano (SANTOS, 2010).

São vários os conflitos de interesses sociais, políticos e econômicos, o que pode ser benéfico para uma classe social poderá ser maléfico para outra. Em termos gerais podemos dizer que a prática de gestão ambiental não é neutra, mas caracterizada pelo direcionamento de interesses, cabendo ao Poder Público direcionar quais atores sociais serão beneficiados e quais que arcaram com as conseqüências da alteração do ambiente (SANTOS, 2010).

## CONCLUSÃO

A preocupação com os problemas ambientais decorrentes dos processos de crescimento e desenvolvimento deu-se lentamente e de modo muito diferenciado entre os diversos agentes, indivíduos, governos, organizações internacionais, entidades da sociedade civil etc.

A primeira etapa baseia-se na percepção de problemas ambientais localizados e atribuídos à ignorância, negligência, dolo ou indiferença das pessoas e dos agentes produtores e consumidores de bens e serviços. Numa segunda etapa, a degradação ambiental é percebida como um problema generalizado, porém confinado nos limites territoriais dos estados nacionais. Às práticas corretivas e repressivas acrescentam-se novos instrumentos de intervenção governamental voltados para a prevenção da poluição e a melhoria dos sistemas produtivos.

No que respeita às políticas sociais tradicionais, vale ressaltar que os investimentos nos setores de saúde, habitação, saneamento e educação, apesar de serem prioridade na aplicação do orçamento estadual, ainda estão longe de encontrar soluções para melhorar a qualidade de vida da população, principalmente no interior do estado. Com exceção da cidade de Manaus, a população ainda enfrenta sérios problemas de abastecimento de água potável, saneamento básico e coleta, tratamento e disposição adequada do lixo, fato que tem impacto direto não só na situação habitacional, mas também no estado de saúde e nas condições sanitárias da população afetada.

Recomenda-se intensificar os esforços para gerar e sistematizar informações e indicadores sobre meio ambiente e relatórios sobre a situação ambiental, com o objetivo de fortalecer o planejamento e a tomada de decisões e facilitar o maior acesso à informação ambiental como base para uma participação responsável.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.** Organizadores: Furnas, Odebrecht, Leme Consultoria. Maio de 2005.

FABER, Myrian Abecassis; MOTA, Vanderlan Santos. **Esporte e lazer: uma proposta de inclusão social indígena na cidade de Manaus – AM.** Disponível em: [http://www.neppi.org/gera\\_anexo.php?id=484](http://www.neppi.org/gera_anexo.php?id=484). Acesso em: 03 ago. 2010.

NAÇÕES UNIDAS. **Análise ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas.** Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/29161/LC-W126.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2010.

NUNES, D. D. **Gestão Ambiental em Rondônia: Políticas Públicas – o caso de Cuniã.** São Paulo, Dissertação de mestrado, FFLCH/DG/USP, 1996.

SANTOS, Roseane Pereira. **Gestão ambiental no trecho entre Mutum-Paraná e Jaci-Paraná, área de influência direta dos empreendimentos hidrelétricas do madeira.** Disponível em: [http://www.unir.br/menu/pesquisa/pibic/anais\\_do\\_xviii\\_seminario\\_do\\_pibic\\_2008-2009.pdf](http://www.unir.br/menu/pesquisa/pibic/anais_do_xviii_seminario_do_pibic_2008-2009.pdf). Acesso em: 04 ago. 2010.

SGUISSARDI, Gisele. **Etnoconhecimento da avifauna existente na região do distrito de Rolim de Moura do Guaporé.** Disponível em: <http://www.facimed.edu.br/site/revista/pdfs/7ea8a6639d39b9356e71367c9b56b21a.pdf?PHPSESSID=f7b21a0cd16e7642e737dc4f60305113>.